

# Governo quer urgência para mudar administração pública

Estabelecer limites para greves no serviço público, incluindo fiscais da Receita Federal, disciplinar a possibilidade de demissão de funcionários por excesso de quadros (adaptação à chamada Lei Camata) e por insuficiência de desempenho e a fixação do teto salarial para os servidores públicos são propostas que chegarão ao Congresso no fim de outubro para regulamentar a reforma administrativa, votada pelo Congresso em fevereiro.

Para deixar prontos quase dez projetos de lei a serem encaminhados depois do segundo turno das eleições, as equipes jurídicas do Ministério da Administração e do Gabinete Civil estão trabalhando intensamente. O presidente Fernando Henrique quer apresentar as linhas destas propostas aos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, em reunião na terça ou na quarta-feira.

Os gastos dos estados e municípios com a máquina

burocrática são um dos alvos da regulamentação da reforma administrativa. Entre os projetos a serem enviados ao Congresso está o que regulamenta os fundos de previdência criados pelos estados e municípios. O objetivo é assegurar transparência na formação destes fundos e impedir o desvio dos recursos recolhidos dos funcionários. O Governo constatou que cerca de 800 municípios criaram fundos de aposentadoria para seus funcionários públicos, estão recolhendo deles a contribuição mensal, mas estão desviando os recursos para outros fins. O que faz o Governo se preocupar com um rombo incalculável para daqui a alguns anos.

## **Carga horária**

O Governo chegou a estudar a possibilidade de reduzir a carga horária dos servidores públicos estatutários de modo a também reduzir os salários. Como são contratados para trabalhar "até oito horas", segundo o esta-

tuto, o Governo pensou em reduzir a jornada para seis horas e, desta forma, reduzir também os salários - o que é possível, segundo juristas do Governo, fazer com empregados da iniciativa privada. Porém, os próprios juristas estão concluindo que este caminho pode ser contestado na Justiça. "O Regime Estatutário cria muitos embaraços para isso", avaliou um advogado do Ministério da Administração.

Também por causa de embaraços na Justiça o Governo está praticamente desistindo de fixar o teto salarial em R\$ 10,8 mil. O mais provável é que fique nos R\$ 12.720,00 porque, segundo assessores do Governo, "não há clima para entendimento com o Judiciário". Segundo ele, há a expectativa entre juízes de aumento do teto para R\$ 12 mil e, por isso, o Supremo Tribunal Federal está sendo pressionado por eles.

**CRISTIANA LÔBO**

Repórter do Jornal de Brasília